



**REFERÊNCIA:** Projeto de Lei da Casa n.º 252/2025

**AUTOR:** DEPUTADA VANDA MONTEIRO

**ASSUNTO:** Institui o Programa de Educação e Conscientização sobre Saneamento Básico, com o objetivo de promover a educação da população sobre a importância do saneamento básico e da preservação ambiental, por meio de campanhas educativas e capacitação de agentes comunitários.

**RELATOR:** DEPUTADO PROFESSOR JÚNIOR GEO

### **PARECER DE RELATORIA**

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria da Deputada Estadual Vanda Monteiro, tem por finalidade instituir o Programa de Educação e Conscientização sobre Saneamento Básico no Estado do Tocantins. A iniciativa busca promover a educação e a conscientização acerca da importância do saneamento básico, da preservação ambiental e dos benefícios dessas práticas para a saúde pública.

Para alcançar tais objetivos, o PL elenca ações específicas, como a realização de campanhas de educação ambiental em escolas e comunidades, tratando de temas relacionados ao manejo de resíduos sólidos e ao uso racional da água.

Também prevê a capacitação de agentes comunitários como multiplicadores de informações e estabelece que a implementação seja coordenada pela Secretaria Estadual de Educação, em parceria com a Secretaria de Meio

Ambiente e Recursos Hídricos. Além disso, dispõe sobre o monitoramento e a avaliação anual da eficácia do programa.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação para análise de sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade.

É o relatório.

## II – ANÁLISE

A análise, limitada aos aspectos de constitucionalidade e legalidade, evidencia vício de iniciativa que compromete a admissibilidade da matéria, por violação ao princípio da separação e harmonia entre os Poderes.

Embora seja legítima a apresentação de projetos de lei por Deputados Estaduais, desde que não recaia sobre matérias de iniciativa privativa, o conteúdo do PL incide em campo reservado ao Chefe do Poder Executivo.

Ao instituir um programa de ação governamental e atribuir, de maneira detalhada e vinculante, a execução e a coordenação a órgãos específicos da administração pública estadual (Secretaria Estadual de Educação e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos), o projeto impõe obrigações de fazer que interferem diretamente na organização administrativa e no planejamento orçamentário do Poder Executivo.

A Constituição Estadual prevê que a iniciativa das leis sobre organização administrativa, matéria orçamentária e serviços públicos é privativa do Governador do Estado. Assim, ao definir a estrutura, as ações do programa (campanhas, capacitações, workshops) e os órgãos responsáveis por sua execução, a Assembleia

Legislativa ultrapassa sua esfera de competência e invade atribuição típica do Executivo.

Tais medidas, por sua natureza, implicam criação ou alocação de despesas e eventual reorganização interna das secretarias envolvidas para acomodar novas funções de coordenação, execução e monitoramento.

Dessa forma, ainda que o tema seja de elevada relevância social, o projeto incorre em vício de iniciativa por adentrar campo reservado ao Governador, ensejando ofensa ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes.

### III – VOTO

Diante do exposto e considerando que o Projeto de Lei n.º 252/2025 apresenta vício de iniciativa ao invadir a competência privativa do Poder Executivo para tratar da organização administrativa, matéria orçamentária e serviços públicos, nos termos do art. 27, § 1º, II, “b”, da Constituição Estadual, o **VOTO** é pela **REJEIÇÃO** da propositura, por inconstitucionalidade formal.

Sala das Comissões, em 08 de dezembro de 2025.

JOSE LUIZ PEREIRA  
JUNIOR:69385912100

Assinado de forma digital por JOSE  
LUIZ PEREIRA JUNIOR:69385912100  
Dados: 2025.12.09 08:42:43 -03'00'

**Deputado Professor Júnior Geo**

Relator





**ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO**

**DESPACHO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a)  
Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) PROF. JÚNIOR GEO  
referente ao(a) Ph. 2521.2024

Encaminhe-se(ao) ARQUIVO

Sala das Comissões, 17 de Dezembro de 2025

  
Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

| MEMBROS EFETIVOS PRESENTES  | MEMBROS SUPLENTE PRESENTES |
|-----------------------------|----------------------------|
| Dep. VALDEMAR JÚNIOR (x)    | Dep. JORGE FREDERICO ( )   |
| Dep. LEO BARBOSA (x)        | Dep. OLYNTHO NETO (x)      |
| Dep. CLAUDIA LELIS (x)      | Dep. PROF. JÚNIOR GEO (x)  |
| Dep. GUTIERRES TORQUATO (x) | Dep. GIPÃO (x)             |
| Dep. MOISEMAR MARINHO (x)   | Dep. MARCUS MARCELO (x)    |